

Observações constrangedoras de uma ecoturista em Fernando de Noronha

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Fazia 19 anos que eu não ia a Fernando de Noronha. Olhando a ilha na aterrissagem, semana passada, concluí que é uma das aproximações mais bonitas que já vivi. A ilha, Patrimônio Mundial Natural da UNESCO, é majestosa. Não deve nada aos melhores destino do planeta.

Chegando lá, peguei a bagunçada fila para comprovação de pagamento da famosa Taxa Ambiental de R\$ 64,00 por dia. Mais tarde, efetuei o pagamento de mais uma taxa, a do Parque Marinho, de R\$ 89,00. Esta é válida por dez dias. Meu objetivo principal na viagem era o mergulho. Em uma semana, fiz onze no total, combinados com trilhas pelas praias deslumbrantes e também visita a alguns ótimos estabelecimentos turísticos. Como simples observadora, e sem conhecimento suficiente para tirar conclusões, fui embora da ilha com meu encanto misturado a preocupação, além de observações sobre a incoerência de um destino tido como “paraíso ecológico”.

Em terra, na parte mais urbanizada há bastante lixo sem coleta e bueiros abertos. Não há gestão adequada de descarte e, muito menos, coleta seletiva. No mar, de azul intenso e visibilidade que atingiu os cinquenta metros em um ponto de mergulho, é notório que a vida marinha diminuiu drasticamente. De fato, vi muitas tartarugas e barracudas. Golfinhos presentearam nosso grupo com uma aparição em enorme quantidade de indivíduos durante um dos mergulhos. Mesmo assim, percebi um declínio significativo de outras espécies em comparação à minha primeira estadia em Noronha.

Em 1997, lembro-me bem da Laje Dois Irmãos cheia de tubarões bico-fino. Vi apenas dois este ano por ali, e poucos em outros pontos. Além disto, percebi o fundo em grandes áreas coberto por uma única espécie de alga, formando um grande tapete verde. Não era assim antes. Questiono, portanto, se o limite do Parque Marinho e as restrições dentro deste são suficientes para que haja efetiva preservação das espécies marinhas.

"No mar, de azul intenso e visibilidade que atingiu os cinquenta metros em um ponto de mergulho, é notório que a vida marinha diminuiu drasticamente"

Considero que o grande intervalo de tempo entre minhas duas viagens ao local não justifica a diminuição da fauna, principalmente quando comparo com lugares como Raja Ampat, na Indonésia. Há dois anos estive lá em um *ecoresort* de mergulho que triplicou sua “*no-take zone*” (zona de nenhuma extração, em tradução livre). Estabelecida em 2005 e inicialmente com 425

km², era um local onde havia *shark finning*. Hoje dorme-se em *bungalows* sobre a água, com tubarões galha-preta, dentre muitas outras espécies, nadando sob eles. Sua Área de Conservação Marinha agora engloba 1.220 km² e, como o termo define, nenhum tipo de captura é permitido, com fiscalização feita por guarda-parques contratados e treinados pela Fundação de Conservação Marinha mantida pelo resort e pela equipe de mergulho (muitos destes, antigos pescadores). Tive a oportunidade de presenciar uma abordagem a um pescador próximo ao ponto onde estávamos, que fugiu antes mesmo de pegar qualquer peixe. Pesquisadores em Conservação Internacional afirmam que houve um aumento de 250% na biomassa de peixes na região em apenas 5 anos. É admirável! E ainda mais por ter sido um local que sofreu com a sobrepesca no passado, chegando a ameaçar tubarões e raias-manta (hoje assíduas nas estações de limpeza que se tornaram pontos de mergulho), além de espécies das quais a população local costumava se alimentar. Não é a toa que Raja é um dos melhores destinos de mergulho do planeta.

Mas e as ações em Fernando de Noronha? Bem, lá servem bolinho de tubarão no Museu do Tubarão. Um estabelecimento que, aparentemente tem por finalidade promover o conhecimento sobre os mesmos, incentiva o consumo da carne do animal, mesmo este sofrendo quedas drásticas em suas populações por causa da pesca. A “iguaria” está presente também em alguns restaurantes. Também é permitido fazer turismo de pesca esportiva. São atividades ilegais? Não, se a pesca for feita fora dos limites delimitados e obedecendo às restrições. Mas, novamente, seriam estes limites do [Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha](#) e da [APA](#), e suas restrições suficientes? São realmente respeitados? Há fiscalização? Independentemente da legalidade e fiscalização das atividades, não me parece coerente que aconteçam em um “paraíso ecológico”. E pelo que observei e ouvi, a resposta é não para as três perguntas.

Minha estadia na ilha terminou com um diálogo no mínimo esdrúxulo na fila da companhia aérea. Observando pessoas despachando caixas de isopor, eu e minha amiga perguntamos ao homem atrás de nós o que havia dentro delas. Ele prontamente respondeu: “Peixes”. Questionamos: “É mesmo? Você pescou em alto-mar?”. Ao que ele sem o menor constrangimento (aliás, espantado) responde: “Não, nas praias mesmo, nas pedras”.

Dá assim para imaginar o que deve ocorrer em relação à pesca industrial no entorno do Parque Marinho e Área de Proteção Ambiental, que vem sendo denunciada há anos, embora por poucos. E também o que se passa dentro da unidade de conservação, considerando o diálogo acima e o sumiço repentino de dois meros que habitavam as águas dali.

Será que vamos viver o dia em que o Brasil vai acordar e tomar conhecimento do valor que tem o patrimônio natural preservado? Será que a indústria do turismo, que deveria ser a maior interessada nisto, vai agir?

Leia também

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/fernando-de-noronha-podera-ser-modelo-de-emissao-de-carbono-zero/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/jornais-ajudam-a-decifrar-subida-do-oceano/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/sobrepesca-atinge-um-terco-do-estoque-mundial-de-peixes/>